

## **Mineiros e Sindicalistas na Cidade do Carvão:**

### **A greve de 1952 em Criciúma-SC.<sup>1</sup>**

Gustavo Perez Lemos<sup>2</sup> - PPG-UFSC

A periodização mais freqüente da história do sindicato (e do movimento em geral) dos mineiros é a seguinte: da sua fundação, em 1944 até 1957, temos o “peleguismo”, onde predominava o assistencialismo, a pouca representatividade do sindicato e a colaboração com os patrões. De 1957 a 1964, temos os “combativos”, as greves são radicais, o aumento de salários é efetivo e os donos de mina são constantemente desafiados na sua autoridade. Mas, como nenhum “combativo” surge tal “um raio num céu azul”, também nenhum “pelego” some sem mais nem menos. Essa periodização não pode ser encarada ao pé da letra, pois em ambos os períodos há tanto práticas que podem ser consideradas como “combativas”, quanto outras que se enquadram na descrição de “pelegas”.

A chamada “época combativa” consolidou sua presença na memória da cidade, principalmente quando, nos anos 80, uma corrente política ligada ao Partido dos Trabalhadores buscava identificar-se com sua “radicalidade”, contrastando com os sindicalistas do período militar.

Nos trabalhos acadêmicos que retratam essa fase, destaca-se *A Pirita Humana: os mineiros de Criciúma*, da socióloga Terezinha Gascho Volpato<sup>3</sup>. A autora, referenciada numa leitura da sociologia marxista, defende a tese de que os conflitos do “chão de fábrica” são os verdadeiros responsáveis pela ação coletiva dos trabalhadores, ação que passa necessariamente pelos sindicatos. A equação parece ser: os mineiros são

---

<sup>1</sup> Este artigo é um resumo do trabalho de conclusão de curso intitulado *Mineiros e Sindicalistas em Criciúma: A greve de 1952*, defendido em dezembro de 2004.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e Bolsista CAPES

<sup>3</sup> VOLPATO, Terezinha Gascho. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: Ed. da UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

especialmente combativos porque as relações de trabalho são especialmente duras. Assim, tende-se a “naturalizar” que posturas de enfrentamento apareçam nos movimentos operários mineiros.

Outro texto que enfatiza a “combatividade” é a tese de Maria Luiza Fernandes, *Partidos e sindicato: um estudo de caso: o sindicato dos trabalhadores na indústria de extração de carvão de Criciúma*<sup>4</sup>. A preocupação da autora é determinar, através de um corte cronológico, quais as relações entre partidos e sindicato dentro da periodização acima descrita. Sob essa perspectiva, pouco espaço cabe às mobilizações operárias, vistas como um ambiente de cooptação partidária, de “combativos” e “pelegos”

Ao final da década de 1980, com as decepções do “novo sindicalismo”, que não rompeu com o modelo de organização do trabalho essencialmente varguista<sup>5</sup>, surgem outras concepções que procuram desqualificar as experiências dos trabalhadores mineiros. Situa-se aí a dissertação de mestrado de José Paulo Teixeira, *Os donos da cidade*<sup>6</sup>. Teixeira coloca as conquistas dos operários das minas de carvão de Criciúma como possíveis, sobretudo, porque havia o interesse dos empresários em pressionar o governo, a fim de aumentar o preço do carvão. As greves e mobilizações, de certa forma, perdem sua legitimidade.

Nesse debate situamos o presente trabalho. A “era pelega”, em geral, foi um período “mais mencionado que pesquisado”<sup>7</sup>. Encontramos alguma pesquisa realizada em fontes nos dois primeiros trabalhos, como citações de atas do sindicato e entrevistas. Mas não são feitas relações entre umas e outras, nem é a preocupação uma descrição mais detalhada, que poderia apontar incoerências na argumentação. Já em *Os donos da*

---

<sup>4</sup> FERNANDES, Maria Luiza. **Partidos e sindicato : um estudo de caso : o sindicato dos trabalhadores na industria de extração de carvão de Criciúma**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1992. (Dissertação de Mestrado).

<sup>5</sup> Para uma avaliação crítica do novo sindicalismo e sua historiografia ver: MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

<sup>6</sup> TEIXEIRA, Jose Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis: Insular, 1996.

<sup>7</sup> FORTES, Alexandre [et. al.] **Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. pág57

*cidade*, interpretações sobre eventos mais recentes, são generalizadas para as décadas de 1940, 50, 60. Praticamente nenhuma fonte é mencionada para afirmar que existia “uma ligação umbilical (...) entre mineiros e mineradores em defesa de seus interesses comuns”<sup>8</sup>.

No ano de 1952, estamos na época dos “pelegos”; e uma greve geral foi levada a cabo. Os mineradores conseguiram um aumento nos preços; e os grevistas foram espancados no centro da cidade. Por isso pretendo levantar alguns aspectos da greve de 1952 que estavam esquecidos; o principal deles: a relação dos trabalhadores e seu sindicato.

Apenas um texto sobre a greve de outubro de 1952 foi encontrado na pesquisa. Trata-se do artigo de Alcides Goularti Filho e Ângela Maria Antunes do Livramento “*Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960*”.<sup>9</sup> Goularti e Livramento fazem uma cronologia das greves mineiras e traçam breves comentários sobre cada movimento levantado, relacionando jornais, entrevistas e atas de sindicatos. Os principais pontos de preocupação dos autores são o número de dias parados, a abrangência da greve e o apoio ou não do sindicato.

Pretendo estudar esta mobilização levando em conta os múltiplos fatores que estão relacionados à sua efetivação. Os capitães da indústria esperavam uma pressão dos operários para aumentar os preços do carvão; o jornal da cidade reclamava um aumento para os mineiros; os preços dos alimentos subiam assustadoramente; e o sindicato era visto com certa desconfiança. Estes aspectos não foram levantados por nenhum dos trabalhos anteriores. São algumas das fontes da experiência comum dos trabalhadores.

---

<sup>8</sup> TEIXEIRA, op. cit, pág. 37.

<sup>9</sup> GOULARTI Filho, Alcides e LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do. *Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960*. In. SOUZA, Rogério Luiz de e KLANOVICZ, Jô (orgs.). **História: Trabalho cultura e poder**. Florianópolis: ANPUH/SC; PROEXTENSÃO/UFSC, 2004. pág 287.

### **Analisando as atas do sindicato**

Durante o primeiro semestre do ano de 1952, o sindicato cumpre a rotina: o presidente Galdino Amaral, o secretário Leôncio Bitencourt e o tesoureiro Cesário Dionísio reúnem-se no sobrado da Rua Coronel Pedro Benedit<sup>10</sup>. A maior parte da pauta das reuniões é composta por inúmeros pedidos de auxílio financeiro dos associados. São basicamente três tipos de solicitações: ajuda para documentação, despesas médicas e empréstimos. No primeiro caso estão pedidos de fotos 3X4 para a família, registro de filhos e auxílio para casamento civil. A ampla maioria destes pedidos é concedida. A situação muda nos outros dois casos. São negados inúmeros pedidos de radiografias de tórax e auxílio de internações hospitalares para membros da família. Os pedidos de empréstimo são todos negados.

Cabe lembrar que no ano de 1952, existiu um considerável aumento de preços na cidade. Comparando uma série de preços entre 1951 e 1952, podemos concluir que em um ano, houve um encarecimento comparável ao período 1945-51. Um exemplo é o preço da carne que em 1945 era de Cr\$ 7,00, saltava para 9,60 em 1951 e para Cr\$ 12,00 no ano seguinte<sup>11</sup>.

Essa aparente tranqüilidade da diretoria é quebrada no mês de agosto. Em Assembléia Geral Extraordinária no dia 17 de agosto estavam presentes à reunião 197 associados. Galdino era acusado de “violação dos estatutos e malversão [sic] do Patrimônio Social” incluindo-se aí “a compra de um automóvel velho, sem consentimento

---

<sup>10</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO DE CRICIÚMA. **Ata da Reunião da diretoria dia 21/01/1952**, livro de atas nº 1, ata nº 198, pág 42.

<sup>11</sup> Para os anos de 1945 e 1952, **Com salários de fome não é possível aos trabalhadores das minas terem existência condigna**, Folha do Povo, 5 de agosto de 1952. Para o ano de 1951 ver: MILANEZ, Pedro. **Fundamentos históricos de Criciúma**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1991.pág. 184. Além da carne encontram-se os valores do café, feijão, farinha de mandioca, todos com variação semelhante.

dos associados, atraso no pagamento do imposto territorial, má aplicação do imposto sindical e falta da necessária atenção às reclamações dos associados”.<sup>12</sup>

Os trabalhadores presentes não questionavam o imposto sindical. Antes, exigiam uma administração burocrática séria: os gastos de maior vulto deveriam ser discutidos com os associados. A queixa da falta de atenção pode ser interpretada tanto pela má vontade em engajar-se a favor dos operários nos dissídios coletivos, quanto pelo alto número de pedidos de auxílio financeiro negados, ponto extremamente sensível num quadro de preços altos e dívidas pessoais.

A erosão atingia não só a legitimidade da diretoria do sindicato, mas também a autoridade da DRT. Enquanto a diretoria contestada tentava encaminhar a questão “a quem competia seu julgamento”, para eles a Delegacia Regional do Trabalho, vários presentes “não estavam dispostos a consentir que o mesmo continuasse a frente do sindicato por mais dias” e que “de nenhuma maneira, se sujeitariam a votação em tais condições; que só votariam se o caso fosse resolvido na presente assembléia”.<sup>13</sup>

No fim das contas, o presidente “licenciou-se” do cargo, ficando o vice em seu lugar. Braz Cardoso, um dos oradores da oposição, é nomeado fiscal para acompanhar os atos da diretoria até as próximas eleições. À DRT decide-se encaminhar um mero ofício. Assim, foi decretada “intervenção” dos trabalhadores no sindicato, após quatro horas de “rumoroso conclave”.

### **A greve e suas memórias**

Cada vez que os mineiros pleiteavam aumentos de salários, os donos de mina tentavam pressionar o governo a aumentar o carvão na mesma porcentagem. Além de

---

<sup>12</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO DE CRICIÚMA. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 17/08/1952*. Livro de atas nº1, ata nº214, pág 56.

<sup>13</sup> Idem, pág. 57.

preservar sua margem de lucros, a estratégia era empurrar a responsabilidade salarial para uma outra esfera, impessoal e distante.

Na assembléia de dois de outubro de 1952, o sindicato, mesmo combatido, tentou convencer os presentes (cerca de 1.000) da impossibilidade de outra proposta, que não um aumento de 20% nos salários, pois o governo não havia concedido um acréscimo maior no preço do carvão. Questionado o advogado do sindicato dos trabalhadores, quando receberiam o dito aumento, este responde que “não podia se comprometer porque tal caso dependia do Exmo. Sr. Presidente da República”<sup>14</sup>. Infeliz declaração, que exaltou os ânimos dos oradores. O mineiro Manoel Borges Xavier, toma a palavra e retruca:

disse que os operários nada tinham que ver com o aumento pleiteado pelas empresas e que estavam dispostos à luta; que unidos tinham força; que estavam dispostos a entrarem em greve desde aquele momento; que os empregadores tinham que reconhecer a força dos operários; que os operários não tinham medo de exército.<sup>15</sup>

Aí está o núcleo da divergência entre os grevistas e o sindicato. Enquanto os dirigentes vinculavam estreitamente a majoração de salários à pauta dos patrões, outros mineiros declaravam sua autonomia frente à “grave crise” da indústria. Assumiam um discurso de classe não só contra os empresários mas contra o Estado. A seu favor estava a união e disposição de luta. Para esses operários, o “reconhecimento”, ou a cidadania, tinha que ser conquistada a partir de uma demonstração de sua força. A proposta dos mineiros ficou estabelecida, de acordo com faixas de salários diários, em: [Cr\$] 17,80 a 30,00 – 60%, de 31 a 50,00 – 40%, de 51,00 a 70,00 – 30%, de 71,00 a 90,00 – 20% e de 91 em diante – 10%.

---

<sup>14</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDUSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVAO DE CRICIÚMA. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 02/10/1952**. Livro de atas nº1, ata nº218, pág 60.

<sup>15</sup> Idem, pág. 61.

A greve estoura no dia 10 de outubro. A primeira companhia a parar é justamente a CBCA (Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá), mas era “voz corrente que a greve se estenderá por outras carboníferas”<sup>16</sup>. Alcides Goularti Filho cita que a “greve foi geral em Criciúma e Urussanga, onde pararam as minas da Próspera, Boa Vista, Criciúma, Cocal, Metropolitana, São Marcos, Caeté, Catarinense, Montenegro, Rio Maina, Brasil e União.”<sup>17</sup>

O centro de gravidade da movimentação era a CBCA. De lá partia o primeiro piquete aguardado pelos operários. O Sr. Adílio Melo da Silveira, participante da parede, esclarece:

Qualquer coisa nós esperávamos o movimento vir da CBCA. Às vezes nas outras minas, o pessoal estava agitado. Mas esperavam a turma da CBCA porque lá eles eram decididos. Eles faziam piquete, formavam um grupo e iam. Já avisavam antes. Chegavam lá nas outras minas como era a União que era onde eu trabalhava, nós já tínhamos uma equipe esperando eles. Nós incentivávamos o pessoal a parar e a turma era companheira, aceitavam.<sup>18</sup>

A articulação por locais de trabalho foi importantíssima para a generalidade do movimento. Essas equipes, que estavam esperando o piquete da CBCA, tinham legitimidade no meio da “turma”. As relações de solidariedade e companheirismo desenvolvidas nas minas, punham-se em movimento pelo aumento de salários. Aos poucos, o medo de represálias diminuía visto que existiam companheiros “decididos” a prosseguir.

A greve se estendeu por mais 11 dias, aparentemente sem maiores incidentes. No dia 16, em outra assembléia, compareceram mais de 2.000 trabalhadores. A situação ainda não estava definida e nenhuma resposta se havia obtido dos patrões ou governos.

---

<sup>16</sup> Os mineiros entraram em greve. **Folha do Povo**. 13 de outubro de 1952.

<sup>17</sup> GOULARTI Filho, op. cit., pág. 288.

<sup>18</sup> Adílio Melo da Silveira, entrevista concedida ao autor em 06 de setembro de 2004.

Somente no dia seguinte, após a publicação do decreto nº 31.613<sup>19</sup>, os patrões negavam a proposta dos operários: “...as carboníferas não poderiam atender ao quanto solicitavam em razão de estarem sobrecarregadas de encargos”<sup>20</sup>.

Seria de se esperar que as negociações continuassem, que os operários exercessem maior pressão, e que cedessem os lados do dissídio. Mas o que se seguiu foi a repressão policial e a imposição da decisão dos mineradores na questão. Os soldados da polícia de choque chegaram de Florianópolis no dia 21, quando um grupo de mineiros fazia vigília em frente à casa do presidente do sindicato dos empresários, Heriberto Hülse. A polícia agiu com violência: tanto mineiros quanto pessoas que passavam pelo centro da cidade, entre elas comerciantes e autoridades e mesmo o prefeito Paulo Preis, sofreram violências físicas<sup>21</sup>. Os comerciantes publicavam listas de abaixo-assinados contra as violências e dias depois, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada na Assembléia Legislativa, em Florianópolis<sup>22</sup>.

Sem a sanha de violências da polícia militar, provavelmente não teríamos essa quantidade de fontes disponíveis. Isto é, pelo fato de que comerciantes e autoridades foram vítimas das agressões policiais, algo que seria dado como corriqueiro - a repressão a grevistas, tomou outro rumo, de contestação da ação da polícia de choque.

### **Considerações finais**

Mas afinal, o sindicato apoiou ou não a greve? Goularti Filho, constatando que as atas da entidade nada dizem a respeito do movimento em si, diz que a “greve ocorreu à

---

<sup>19</sup> Decreto que aumentou o preço do carvão comprado pela CSN.

<sup>20</sup> Greve dos mineiros. **Folha do Povo** 20 de outubro de 1952.

<sup>21</sup> Entrevista de Alda Bortolotto Preis. Concedida a Silvia Reiner em 30 de novembro de 2000 e Adílio Melo da Silveira, entrevista concedida ao autor em 06 de setembro de 2004.

<sup>22</sup> ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CRICIÚMA. **Folha do Povo**. 27 de outubro de 1952 e As violências de Criciúma. **O Estado**. 2 de novembro de 1952.



revelia do sindicato de Criciúma”<sup>23</sup>, e que a postura foi de indiferença pois a única medida tomada pelo presidente do mesmo “foi enviar um telegrama ao presidente Vargas para pedir aumento no preço do carvão.” Entretanto, ao analisarmos as atas e periódicos mais atentamente, percebemos que esta entidade atuou nas assembléias, encaminhou telegramas às autoridades, esteve na mesa de negociações defendendo posições políticas. O movimento não aconteceu simplesmente à revelia da entidade, mas também foi influenciado por sua força.

Em princípio, as ações de pelo menos uma parcela dos operários foram marcadas por uma tentativa de restringir o poder do sindicato nas negociações. Mas logo depois, como demonstra a grande participação na assembléia de 02 de outubro, uma greve massiva estava a caminho. O sindicato não detinha mais o controle da situação, apesar de procurar manter sua influência. No pleito sindical, ocorrido em 30 de novembro, a chapa da situação amargou sua derrota.

Havia um limite no que os mineiros deveriam fazer, determinado por outros interesses. A greve não foi incentivada, mas apenas tolerada pelos mineradores, até o aumento dos preços do carvão. A partir desse ponto, os grevistas estavam numa espécie de ilegalidade. Permaneceram mais alguns dias de pé e desafiaram a política patronal. Foi preciso uma força policial para colocar as coisas no seu lugar anterior. Se for possível admitir que as empresas utilizavam-se das greves para pressionar o governo federal, isto não pode ser generalizado, sob pena de focalizarmos apenas as relações entre Estado e Capitalistas, perdendo toda uma disputa local. Tanto o sindicato, quanto os mineradores tentaram evitar as paralisações. Talvez estivessem atentos ao paradoxo: evitando greves, evitariam um acúmulo de experiências organizativas, de novas lideranças, de legendas operárias.

---

<sup>23</sup> GOULARTI Filho, Alcides e LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do. Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960, op. cit., pág 288.